

1 ATA DA 58ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE
2 – COEMA/TO
3 Aos cinco dias do mês de março de dois mil e vinte, às 14h00 na sala de reuniões da
4 Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMARH, o senhor
5 **Secretário Renato Jayme da Silva**, Presidente do COEMA, deu boas-vindas aos
6 convidados e conselheiros presentes: **Dener Alves de Souza** (Comunidade
7 Científica/Instituto Federal do Tocantins - IFTO), **Carlos Ribeiro Soares** (Federação da
8 Agricultura e Pecuária do Estado do Tocantins - FAET), **José Roberto Fernandes**
9 (Federação das Indústrias do Estado do Tocantins - FIETO), **Sandoval Santos Queiros**
10 (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA),
11 **Sebastião Albuquerque Cordeiro** (Instituto Natureza do Tocantins - NATURATINS),
12 **Mayko Antônio Tenório César** (Secretaria de Estado da Fazenda e Planejamento -
13 SEFAZ), **Antônio Cleyton Cavalcante Almeida** (Secretaria de Estado da Infraestrutura,
14 Cidades e Habitação - SEINF), **Patrícia da Silva Freitas** (Secretaria de Estado da
15 Educação, Juventude e Esportes - SEDUC), **Antonio Rodrigues da Silva Neto**
16 (Concessionária de Serviço Público de Abastecimento de Água – BRK Ambiental),
17 **Rodrigo Martins Ribeiro** (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do
18 Tocantins – CREA/TO), **Marli Teresinha dos Santos** (Secretaria de Estado do Meio
19 Ambiente e Recursos Hídricos - SEMARH), **Murilo Ribeiro Brito** (Secretaria de Estado
20 da Saúde - SES), **Eduardo Benvindo da Cunha** (Associação Tocantinense de
21 Municípios - ATM) e **Marcondes Martins de Oliveira** (Secretaria de Estado da Indústria,
22 Comércio e Serviços - SICS), **Srêwê de Mata Brito** (Comunidade Indígena), **Fabiano**
23 **Roberto Matos do Vale Filho** (Federação das Associações Comerciais e
24 Empresariais do Estado do Tocantins – FACIET), **Francisco José Pineiro Brandes**
25 **Júnior** (Ministério Público Estadual – MPE), **Cap. QOPM Messias Rogério Araújo**
26 **Albernaz** (Polícia Militar do Estado do Tocantins – PM/TO) **Maria Antônia Valadares**
27 **de Souza** (Agência do Desenvolvimento do Turismo, Cultura e Economia Criativa –
28 ADETUC), **Hélber Franco de Oliveira** (Organização Não Governamental), Logo em
29 seguida deu início à pauta. **I.** Abertura da Reunião; **II.** Posse dos novos Conselheiros. **III.**
30 Aprovação da Ata da 57ª RO do COEMA (**SGD: 2019/39009/006567**); **IV.** Leitura do
31 expediente e da ordem do dia; **V.** Encaminhamento à Mesa, pedido por escrito de: a)
32 inversão de pauta; b) retirada de matérias; c) requerimento de urgência; d) propostas de
33 moção e de recomendação; **VI.** Discussão e deliberações das matérias da ordem do dia;
34 **a)** Apreciação da Prestação de Contas 2019 e do Plano de Aplicação 2020 do Fundo
35 Estadual do Meio Ambiente – FUEMA (SGD: 2019/39001/000020); **b)** Apreciação da
36 revisão da Resolução COEMA nº 40/2013 sgd:2019/39001/000010); **c)** Apreciação do
37 Cadastro de Entidades Ambientais do Tocantins CEATO, das entidades: Associação
38 Movimento Ecológico Amigos do Meio Ambiente – AMEAMA (SGD: 2019/39001/000019)
39 e Instituto Ecológica Palmas – ECOLÓGICA (SGD:2019/39001/000021); **d)** Escolha dos
40 órgãos partícipes da Câmara Técnica Permanente de Resíduos Sólidos; **e)** Apreciação
41 da solicitação da Defesa Civil como membro do COEMA (SGD: 2020/09099/000302); **f)**
42 Indicações de Conselheiros para o FEMC, **VII.** Informes da Secretaria Executiva; **VIII.**
43 Tribuna livre; **IX.** Encerramento. A reunião é iniciada pelo **Presidente Renato Jayme da**
44 **Silva** (SEMARH) agradecendo a presença de todos e passa para o item **II** da Pauta, a
45 posse dos novos Conselheiros e entrega o Termo de Posse para **Francisco José**
46 **Pinheiro Brandes Júnior** (Ministério Público Estadual - MPE). Em seguida passa para
47 o item **III** da Pauta, a aprovação da Ata da 57ª RO do COEMA, pergunta se todos leram
48 a Ata e se tem alguma alteração para ser feita, alguma observação, não havendo,
49 **Renato** (SEMARH) coloca a Ata em votação, que é aprovada por unanimidade. Dando
50 seguimento, expediente ordem do dia, **Jamila** (SEMARH) pergunta se há algum pedido

51 de inversão de pauta, **Marli** (SEMARH) pede que seja feita a proposição de inversão de
52 pauta no sentido do tema ICMS Ecológico ficar para o fim, porque ele é um tema mais
53 extenso e que vai demandar um pouco mais de tempo, pergunta se alguém é contrário,
54 alguma abstenção, não havendo, aprovado por unanimidade. **Jamila** (SEMARH) cita os
55 pontos que serão apreciados na reunião e em seguida passa a palavra para o **Henrique**
56 (NATURATINS) que apresentou a prestação de contas e o Plano de Aplicação do Fuema
57 para os Conselheiros e durante a apresentação o **Sandoval** (IBAMA), perguntou se no
58 princípio ativo na agenda verde, se não tinha nada, o **Henrique** (NATURATINS)
59 respondeu que sim, por exemplo, a fiscalização é a proteção ambiental, então todas as
60 ações do NATURATINS, no caso do licenciamento ambiental, ele pratica suas ações na
61 Agenda Verde, **Marli** (SEMARH) o que você apresentou, o que dá a entender é que é o
62 orçamento normal que o NATURATINS fez ao longo do ano, ou seja, cem por cento dos
63 recursos do NATURATINS estão dentro do FUEMA. **Henrique** (NATURATINS) não, nós
64 temos também a Fonte 100 que tem os recursos administrativos, que são do Tesouro,
65 não é só o FUEMA, que é a fonte 240. As Fontes 223 e 228, muito embora estejam
66 vinculadas ao NATURATINS, não são das arrecadações de recursos próprios, então a
67 única Fonte que se vincula ao FUEMA, é a 240 que são as arrecadações das taxas e
68 multas que são cobradas. Já a 223 ela é específica para o convênio da INVESTCO por
69 conta da Usina de Lajeado. A Fonte 228 que são os recursos de operações financeiras,
70 das empresas que estão causando danos ambientais e por isso tem que acabar
71 ressarcindo, através dos termos de cooperação e são para a manutenção dos parques.
72 **Eduardo** (ATM) me recorde da apresentação no início do ano de 2019, a diferença para
73 esse ano foram aqueles números para cada tipo de agenda, mas ainda sinto falta da
74 questão que foi debatida na última aprovação das fontes do FUEMA, em relação aos
75 indicadores de eficiência, porque eu estou vendo um emaranhado de números e o que
76 eu sei que foi feito foi a execução de cada um, de cada ação, mas a minha meta, o que
77 planejamos, os objetivos alcançados, fiquei sem saber, então eu reitero que seria
78 interessante para esse ano de 2020 preparar o indicador de eficiência, claro que cada
79 equipe financeira pode auxiliar, porque acredito que é específico da área técnica, mas
80 precisa colocar objetivos para ficar mais fácil, mais palpável pra gente ver realmente o
81 que foi feito na prática. **Henrique** (NATURATINS) concordou e falou que vai providenciar
82 a inclusão das informações solicitadas. **Beatriz** (Representante do Conselho Regional
83 de Biologia) sou funcionária de carreira do Estado, funcionária do NATURATINS, mas
84 estou aqui representando o Conselho Regional de Biologia, que foi convidado para
85 participar desta reunião e ao ler a proposta de 2020, eu tive dúvidas em relação a ação
86 que é denominada de disseminação do serviço de proteção ambiental e eu queria pedir
87 que você nos desse um detalhamento do que é exatamente essa ação, porque no
88 detalhamento dos elementos de despesa, os dois primeiros elementos dessa ação
89 coincidem com os dois primeiros de outra ação que é a proteção de animais silvestres,
90 não sei se foi um erro ou se realmente tem essa similaridade de ações, porque parece
91 ser um erro, pois está falando de resgate de transferência de animais silvestres, para
92 ação de disseminação e para ação de proteção. **Henrique** (NATURATINS) realmente
93 houve a falha, na verdade são para gastos com as diárias dos servidores para proteção
94 ambiental para viagens no interior do Estado, essa correção pode ser feita, porque não
95 foi publicado, então podemos resumir e colocar proteção ambiental como um todo,
96 ficando assim, diárias para realização de viagens de servidores para prestação de
97 serviço de proteção ambiental e a segunda alteração, aquisição de materiais de
98 consumos diversos, feita as alterações, deu-se andamento às discussões. **Beatriz**
99 (Representante do Conselho Regional de Biologia) deixo aqui a sugestão para melhorar
100 o nome dessa ação, porque quando eu leio, disseminação dos serviços de proteção

101 ambiental, eu tenho que parar para pensar e tentar deduzir a que se refere, alguns títulos
102 aqui eu já entendo de imediato do que se trata, então quando tem uma ação como
103 licenciamento ambiental, eu não preciso fazer nenhuma pergunta do que se trata. Essa
104 “disseminação dos serviços e proteção ambiental” eu tenho que parar pra pensar e tentar
105 deduzir a que se refere, então talvez no detalhamento esteja mais claro, você explicou
106 que essas ações são aquelas que atendem as regionais do NATURATINS, seria
107 interessante que só aparecesse para ter uma clareza, porque são instituições diversas
108 que tem acesso a esse conteúdo para que não gere dúvidas, para que tenhamos algo
109 mais claro, você disse também que esses recursos atendem nas ações de proteção,
110 também atendem inspeção, fiscalização, nós temos ações específicas de inspeção e
111 fiscalização, então só para que não tenha essa ambiguidade, para que qualquer um que
112 veja esse documento saiba exatamente a que se refere cada uma das ações. **Henrique**
113 (NATURATINS) no passado esta ação genérica tinha sido retirada, questão de ordem,
114 tecnicamente não é plausível colocar, mas por questão de cobrança da administração,
115 eles acharam por bem colocar e eu resolvi dar um nome técnico, é para a mesma coisa
116 essa ação, aplicada para fiscalização, essa palavra disseminação é no sentido de
117 propagar os serviços ambientais, de fiscalização, todos os serviços ambientais por todo
118 o Estado, no fundo essa ação de suporte e na publicação no Diário Oficial é preciso
119 descrever a ação e lá está especificado tudo o que é ação, o que ela faz, porque ela faz,
120 de uma forma bem sucinta que é o que eles querem no Diário Oficial. **Dener** (IFTO) estou
121 com uma dúvida com relação ao que não executaram, no balanço anterior do ano
122 passado, se não me engano também não havia sido executado todo o orçamento
123 previsto, foi apresentado aqui novamente um pouco mais de 50%, esse excedente, o
124 que tem sido feito dele. **Henrique** (NATURATINS) esse excedente retorna para o
125 orçamento para ser gasto no outro ano, é o que diz a Lei do Fundo e a Secretaria da
126 Fazenda tem que obedecer isso, porque se não o Tribunal de Contas pega, nós não
127 gastamos todo o orçamento, a Secretaria da Fazenda tem diversos outros gastos e essa
128 Fonte 240 entra no recurso do Tesouro, quem sabe dos gastos e as dificuldades que o
129 Estado tem é o Secretário da Fazenda e o Governador, senão, mesmo que a gente
130 pudesse gastar digamos R\$ 8.000.000,00 talvez nós não teríamos estrutura para gastar
131 esses R\$ 8.000.000,00, não teríamos pessoal, não teríamos condições humanas para
132 gastar isso, teríamos que trabalhar 24 horas por dia, 365 dias do ano e mesmo assim
133 seria impossível, então não se consegue dar vazão para isso, mesmo que se tenha muito
134 recurso, esse recurso por Lei retorna para o Tesouro, ele é gasto no papel, mas
135 virtualmente ele continua ali, é um direito do NATURATINS gastar esse recurso, você
136 vai acumulando essas receitas, em todas as fontes elas vão se acumulando, o Estado
137 tem muitos outros gastos, muitas dificuldades em muitas áreas e o Recurso do Tesouro
138 é um recurso único da conta única do Tesouro. **Marcondes** (SICS) eu não observei na
139 previsão de 2020 o remanejamento de saldo de anos anteriores conforme foi falado, não
140 apareceu esses restos disponibilizados em anos anteriores. **Henrique** (NATURATINS)
141 eu teria que ver com a SEFAZ quanto a isso porque na verdade o que está
142 disponibilizado aí é o que a gente planeja e executa, agora os recursos orçamentários
143 tem um saldo, uma conta específica, eu poderia ver com a SEFAZ e pegar essas
144 informações, pois é um direito de todo servidor, visto que o recurso é público. **Mayko**
145 (SEFAZ) esses saldos não são repassados para o mesmo órgão no ano seguinte, eles
146 são remanejados dentro do orçamento do Estado e são executados, no ano seguinte é
147 um novo saldo, uma nova conta, tudo começa novamente e eu queria deixar registrado
148 nesta reunião, assim como deixei na reunião do ano passado com relação a prestação
149 de contas, da falta de metodologia para fazer a previsão da Receita do NATURATINS,
150 porque estamos vendo ai um incremento de trinta por cento na receita, qual a

151 metodologia que está sendo usada, porque estamos vendo que saiu um executado de
152 R\$ 92.000,00 para R\$ 1.045.000,00, quando a SEFAZ teve R\$ 640.000,00 planejado e
153 eu não executei tudo, então isso é muito grave, isso foi falado ano passado, foi pedido
154 para que fosse feita uma metodologia de cálculo, porque estas super estimativas de
155 arrecadação vão gerando frustração, então você não consegue executar porque você
156 não tem o dinheiro, infla o orçamento e não executa porque você não tem o dinheiro que
157 você fez a previsão. **Henrique** (NATURATINS) nesse caso, o aumento que teve, é que
158 tivemos o aumento de previsão de dois recursos de valores elevados, que no caso,
159 quando estava fechando, um deles no valor de R\$ 2.500.000,00, esse a gente conseguiu
160 prever num prazo que pode colocar, agora tem um outro recurso que vai entrar em uma
161 ordem de R\$ 20.000.000,00, então tem recursos que você consegue prever, outros você
162 trabalha com estimativa que é provável que aconteça, então o que que acontece, esses
163 contratos que acabam não fechando num ano, acabam sendo fechados no outro, **Mayko**
164 (SEFAZ) por isso se faz necessário a metodologia, é necessário pegar uma base
165 histórica dos últimos cinco anos, para poder fazer uma previsão linear para jogar a
166 projeção pra frente, é dessa maneira que fazemos a previsão da receita da SEFAZ.
167 **Conselheiro não se identificou** foi mencionado que o recurso é da Fonte 240, até onde
168 eu entendo, as duas fontes não se misturam, o recurso do Tesouro é uma conta e a
169 arrecadação própria é outra conta, então eu sugiro que o Fundo tenha uma conta
170 específica para receber esse recurso, para que o recurso do fundo não seja depositado
171 junto com o Tesouro, até para facilitar a prestação de contas e o repasse de saldo de
172 anos anteriores para o orçamento seguinte, acredito que o Conselho deveria fazer essa
173 sugestão, gostaria de saber quem pode responder se o Fundo tem uma conta específica
174 recebendo a Fonte 240. **Conselheiro não se identificou** Quando a gente faz alteração
175 do Fundo de Meio Ambiente, a gente pensa que tem um Fundo específico, que ele não
176 vai para o Tesouro, então se nós como Conselheiros hoje estamos aprovando o
177 orçamento passado, em uma projeção futura de um recurso de um Fundo específico
178 seria o caso da gente trabalhar essa possibilidade em cima apenas do Fundo, porque
179 fica complicado aprovarmos um orçamento, onde cinquenta por cento dele não é
180 executado e cinquenta por cento volta para o Tesouro, depois vai ter que fazer uma
181 avaliação do que está sendo feito com esse recurso vocês aprovaram mas não
182 executaram, então qual a responsabilidade do Conselho com relação a isso. **Henrique**
183 (NATURATINS) solicita a participação da SEFAZ, **Mayko** (SEFAZ) então responde que
184 todos os Fundos tem uma conta específica e o gestor do Fundo sabe qual é essa conta,
185 quais saldos tem nessa conta e ele faz as projeções em cima desse saldo. **Henrique**
186 (NATURATINS) responde que a arrecadação cai em uma conta do Tesouro. **Jamila**
187 (SEMARH) perguntou se havia mais algum questionamento, não havendo o **Presidente**
188 **Renato** (SEMARH) colocou em votação o requerimento, **Marcondes** (SICS) questionou
189 que antes de votar, precisava saber se existe realmente a conta ou não, porque segundo
190 a SEFAZ, existe a conta. **Conselheiro não se identificou** Se existe essa dúvida da
191 SEFAZ, como está sendo colocado, tira de pauta e pede verificação, depois colocamos
192 em votação. **Mayko** (SEFAZ) os recolhimentos do Estado são todos feitos na conta única
193 do Estado a partir do ano de 2018, lá dentro do financeiro faz o remanejamento dos
194 recursos pelas fontes, mas a arrecadação é numa conta única, não existe várias contas,
195 quando cai no financeiro, separa o que são os recursos de cada conta e repassa para
196 as devidas contas. **Presidente Renato** (SEMARH) pergunta se todos receberam a
197 resolução e citou que foi aprovado o plano de aplicação. **Beatriz** (Representante do
198 Conselho Regional de Biologia) perguntou se não seria a oportunidade de acatar as
199 sugestões que foram apresentadas na reunião, retornar isso para uma discussão,
200 melhorar a apresentação, talvez pensar na metodologia que foi colocada, conforme

201 propôs o Conselheiro da SEFAZ, para que assim, seja garantido que venha um produto
202 de melhor qualidade, no sentido de ter mais clareza e todo mundo se sentir mais
203 confortável para aprovar o orçamento. **Presidente Renato** (SEMARH) pergunta se
204 alguém está se sentindo desconfortável, se alguém gostaria de se manifestar diante da
205 sugestão apresentada. **Marcondes** (SICS) a demonstração que foi feita, foi feita
206 exclusivamente a parte de execução física do orçamento, a execução das metas físicas
207 não foram apresentáveis, o orçamento deve ser votado, meta física e meta financeira,
208 seria interessante também que os executores do NATURATINS viessem, porque veio
209 somente o colega que trabalha na parte de orçamento. **Presidente Renato** (SEMARH)
210 informou que esse nível de detalhamento é discutido na Câmara Técnica, passou na
211 Câmara Técnica, já houve a discussão, não houve essa manifestação na Câmara
212 Técnica, caso se faça necessário algum tipo de mudança, algum remanejamento, pode
213 ser incluído a qualquer momento sem problema, claro que é um plano que precisa ser
214 cumprido, acredito que poderíamos dar o encaminhamento de votação. **Mayko** (SEFAZ)
215 respondendo a colega do CRBio referente a projeção da Receita, não tem como porque
216 já foi projetado e já está no orçamento, esta metodologia deve ser feita para os próximos
217 exercícios para o próximo triênio, então quero deixar registrado aqui se for o caso, me
218 procurem na SEFAZ, para que eu possa ajudar a fazer essa projeção, como funciona,
219 para que seja feita corretamente nos anos seguintes para que não ocorra essa
220 discrepância de valores de um ano para o outro. **Brandes** (MPE) acredito que poderia
221 ser feita uma solicitação para a SEFAZ, para que a mesma prestasse essas informações
222 por escrito, qual a conta, se a conta é do Tesouro, qual a Legislação específica que trata
223 do tema, se houve ou não saldos anteriores, se esses saldos foram resgatados e
224 voltaram para o Estado, se esses valores devem ou não ser vinculados especificamente
225 a despesas relacionadas ao meio ambiente, para que possamos trabalhar nesse sentido
226 que o Presidente está falando, para poder fazer um orçamento que seja real.
227 **Albuquerque** (NATURATINS) explicou que todos esses detalhes foram apresentados
228 nas Câmaras, inclusive a própria SEFAZ pode se manifestar na Câmara Técnica, essa
229 questão foi debatida, agora pode ser aprimorada e a SEFAZ se colocou a disposição
230 para que haja nas próximas Câmaras Técnicas a participação de um técnico, jurídico,
231 contábil, porque aí sim pode-se debater sobre isso, acredito que esse debate tem que
232 ser na Câmara Técnica. **Marli** (SEMARH) quero fazer uma proposição, todo Fundo,
233 como bem disse o representante da SEFAZ, tem que ter uma conta específica, existe
234 algumas dúvidas aqui com relação a isso, mesmo tendo passado na Câmara Técnica
235 Permanente de Assuntos Jurídicos e diante dos questionamentos dos colegas, gostaria
236 de propor um encaminhamento de aprovação com alguns encaminhamentos, o
237 Conselho colocaria quais os encaminhamentos necessários para sanar essas dúvidas,
238 primeira dúvida, conta específica, checagem se tudo o que está proposto está de acordo
239 com o que diz a lei de criação do Fundo, o terceiro questionamento, se poderíamos
240 construir metas e indicadores que possam ser verificáveis, que é o que foi pedido no ano
241 passado quando da aprovação das contas do FUEMA, ou seja, uma aprovação com
242 esses três encaminhamentos para que na próxima reunião do COEMA, que será em
243 junho, o NATURATINS traga todas essas informações para passar ao Conselho, essa é
244 a proposição, ou seja, a aprovação com indicação de três encaminhamentos. **Renato**
245 (SEMARH) ressaltou que todas as ações planejadas pelo órgão, dependem de
246 aprovação, e que se for jogado isso para uma nova discussão, uma nova aprovação,
247 perderia dois ou três meses pra frente, compromete a execução e principalmente na
248 entrega do serviço público, que é obrigação dos gestores de todas as equipes, colocou
249 para aprovação com os encaminhamentos, perguntou quem estava de acordo, se havia
250 alguma abstenção, foi então aprovada com os encaminhamentos com treze votos a

251 favor, seis abstenções e um voto contrário, dando segmento **VI. c)** Cadastro das
252 Entidades Ambientistas – CEATO aprovação do cadastro da AMEAMA e Instituto
253 Ecológico, **Jamila** (SEMARH) a AMEAMA é recadastramento, porque ela deu entrada
254 no pedido dentro do prazo, foi analisado na Câmara Técnica Permanente de Assuntos
255 Jurídicos, cumpriu os requisitos das Resoluções COEMA nº 26 e nº 60 como está no
256 parecer da Câmara Técnica dentro do processo, e o Instituto Ecológico já estava
257 cadastrado, porém ela entrou fora do prazo, então consideramos que será um novo
258 cadastro, passou na Câmara Técnica Permanente de Assuntos Jurídicos também e ela
259 cumpriu todos os requisitos, conforme parecer que está no processo que foi enviado para
260 todos os Conselheiros, **Renato** (SEMARH) perguntou se havia alguma dúvida, não
261 havendo nenhuma dúvida, propôs a votação, nenhuma abstenção e nenhum voto
262 contrário, aprovada por unanimidade, **VI. d)** escolha dos participantes da Câmara
263 Técnica de Resíduos Sólidos. **Jamila** (SEMARH) nós tínhamos a Câmara Técnica de
264 Resíduos Sólidos, onde o prazo de validade dela venceu em dezembro e na reunião de
265 dezembro ficou acordado a instalação da nova Câmara Técnica Permanente de Gestão
266 de Resíduos Sólidos, antigamente estava presente em cargo nato na composição da
267 Câmara Técnica, a SEMARH e o NATURATINS e fazia parte o CREA, a Secretaria de
268 Desenvolvimento Econômico, o IFTO, AMEAMA e ATM, então nós precisamos de cinco
269 órgãos que tenham interesse em trabalhar, visto que a SEMARH e NATURATINS
270 permanecem, a importância da Câmara Técnica Permanente é que ela vai trabalhar
271 agora a lei dos resíduos sólidos e a revisão do Plano Estadual de Resíduos Sólidos estão
272 também começando o treinamento do sistema de resíduos sólidos e tudo vai ser em
273 cooperação com a Câmara para depois vir para Plenária os assuntos pertinentes.
274 Manifestaram interesse em participar o CREA, ATM, SES, MP e IFTO, **Renato**
275 (SEMARH) estão aqui os sete órgãos, nenhuma abstenção, nenhum voto contrário,
276 aprovado. **VI. e)** apreciação da solicitação da Defesa Civil como membro do COEMA.
277 **Marli** (SEMARH) com relação a pedidos de inclusão de membros no COEMA, nós temos
278 uma limitação, hoje os integrantes do COEMA são definidos por lei, ou seja, não
279 podemos tirar ninguém e incluir ninguém, porque é uma lei e a lei já diz quem são seus
280 integrantes, para mudar é preciso propor isso à Assembleia Legislativa para que ela
281 possa votar e propor essa alteração, mas não podemos também propor a Assembleia
282 Legislativa que vá acrescentando membros porque teoricamente tem que ser paritário,
283 tem que ter sociedade civil e governo nas mesmas proporções. **Renato** (SEMARH)
284 acredito que pela importância, por todo o trabalho que os órgãos ambientais, tanto a
285 SEMARH como o NATURATINS desenvolvem, pela relevância, a participação da Defesa
286 Civil é extremamente importante, mas precisamos cumprir todas essas etapas,
287 apresentar isso através de um estudo técnico, um parecer reforçando essa importância,
288 discutindo com o próprio chefe do Poder Executivo, seria um projeto de lei alterando a
289 atual lei de criação do Conselho, isso pode partir do Executivo ou pode partir do
290 Legislativo, então poderíamos encontrar esse caminho da forma mais simples e mais
291 rápida, talvez a gente discutindo isso com a Assembleia até para uma avaliação dentro
292 desse critério. **Srêwê** (Comunidade Indígena) com relação a inserção de mais membros
293 no Conselho a gente entende que tenha nomes mas o COEMA não pode estar cada vez
294 mais crescendo, porque tem muitas instituições que estão surgindo, a Fundação
295 Nacional do Índio, por exemplo, já tem o pedido há muitos anos aqui no COEMA e não
296 conseguiu ser inserido e para nós como povos indígenas é de suma importância a
297 participação da FUNAI para poder acompanhar todas as discussões que muitas vezes
298 envolve terras indígenas, então se houver uma brecha para inserir alguma Instituição,
299 que a FUNAI também seja lembrada. **Eduardo** (ATM) o que o Conselho pode fazer é
300 uma recomendação, se o Plenário decidir que é isso que temos que fazer, a questão da

301 lei, ela está um pouco rígida, então se o Plenário decidir em que tem intenção em deixar
302 um pouco mais flexível para que o próprio Conselho defina os futuros Conselheiros,
303 acredito que a gente tem que sair em algum produto do próprio Conselho, então através
304 de moção, decisão, recomendação, a minha sugestão seria essa. **Renato** (SEMARH)
305 acho importante principalmente para a construção de política pública, acho que o
306 engajamento das entidades só somam, e você está colocando mais gente, para a
307 discussão, para o debate, agora as Câmaras Técnicas não tem limite, podem ser
308 incluídas nas Câmaras que é uma decisão do próprio COEMA, acredito que a grande
309 maioria já faz parte das Câmaras Técnicas como convidados e eu acho que a forma de
310 funcionamento é bastante democrática, apesar de estarmos aqui com um crachá com
311 direito a voto, mas estamos abertos a sugestões, a novas ideias, acredito que o grande
312 objetivo de todo mundo é esse, é buscar o equilíbrio daquilo que é obrigação nossa como
313 Estado. **Jamila** (SEMARH) a Plenária pode solicitar que a Câmara Técnica de Assuntos
314 Jurídicos faça um estudo da possibilidade de retirar da lei, ser através de Decreto e fazer
315 uma propositura para analisar e encaminhar ao Executivo, que é o órgão intermediário
316 entre o Conselho e a Assembleia Legislativa. **Sandoval** (IBAMA) comentou que nas
317 Câmaras Técnicas se tem determinado número de Instituições e dependendo da
318 frequência, aquela Instituição é substituída, perguntou se no Conselho funciona da
319 mesma forma, **Jamila** (SEMARH) respondeu que no conselho não tem como justamente
320 porque a lei determina quem faz parte, por isso a sugestão de a Câmara Técnica de
321 Assuntos Jurídicos fazer um estudo de retirar a composição na lei e dizer quais são as
322 áreas e por Decreto ou por Resolução analisar, porque as Câmaras Técnicas no
323 Regimento Interno diz que três faltas consecutivas ou cinco faltas alternadas o órgão é
324 substituído, na Plenária ele diz três faltas consecutivas ou cinco alternadas o Conselheiro
325 é substituído, não a Instituição. **Brandes** (MPE) nós somos desfavoráveis a mudança da
326 legislação, porque vivemos hoje em momento difícil do ponto de vista ambiental e das
327 legislações que tratam os temas ambientais, então por hora, acredito que mudar a
328 legislação nesse sentido, poderia ao invés de trazer maior congregação a este grupo
329 colegiado, talvez colocaríamos em fragilidade as entidades representativas, precisamos
330 tomar muito cuidado porque vivemos hoje no Brasil um momento diferente, um momento
331 de instabilidade e polarização política, talvez seja preferível não tratar desse tema nesse
332 momento, por conta desse quadro atual que estamos vivendo no nosso país. **Edilma**
333 (SEMARH) participei por algum tempo do Conselho Estadual de Saúde e vivemos essa
334 situação, conseguimos um acordo e mudou, a lei diz o segmento e a quantidade de
335 Conselheiros, o Conselho tem autonomia para fazer suas próprias Resoluções e indicar
336 cada segmento, fizemos o Conselho através de uma eleição, cada um elege o seu
337 membro e fica mais fácil de administrar, é uma questão de exequidade, no Conselho de
338 Saúde, assim como inúmeros Conselhos o Ministério Público e o Legislativo tinham
339 cadeira, também num acordo, essas duas cadeiras foram retiradas como Conselheiros
340 natos e passaram a participar como convidados. **Ten. Cel. Primo** (Defesa Civil) nós
341 analisamos a legislação, sabemos que as Instituições definidas, mas nós acreditamos
342 que a Defesa Civil Estadual pode contribuir principalmente no tocante da política de
343 prevenção e combate aos incêndios florestais, até porque nós vivenciamos isso,
344 coordenamos o Comitê de Combate ao Fogo e por isso que nós pedimos a apreciação
345 dos senhores pelo menos nesse tocante de prevenção e combate aos incêndios
346 florestais, acredito que podemos contribuir muito, a atividade de defesa civil é muito
347 relacionada as ações de meio ambiente por essa razão que solicitamos a apreciação
348 dos senhores de fazer uma análise. **Renato** (SEMARH) é importante ressaltar que essa
349 parte da estruturação, se formos observar, a própria Constituição do Estado completou
350 agora trinta e um anos, a gente vê que isso é uma pauta legislativa muito importante, até

351 porque de trinta anos para cá, muita coisa mudou, com relação ao meio ambiente. **Jamila**
352 (SEMARH) todas as reuniões dos Conselhos e Câmaras Técnicas, são públicas e estão
353 na nossa página, então quem acompanha, vai saber quando qualquer Câmara está se
354 reunindo, o calendário da Plenária também vai para página, assim que sai a Resolução,
355 então, qualquer um de vocês, mesmo que não estejam na Câmara Técnica, podem fazer
356 esse acompanhamento. **Renato** (SEMARH) então fica o encaminhamento para um
357 Parecer Jurídico, não quer dizer que vai ser aprovada uma Lei, acho que isso tem que
358 ser discutido dentro da Câmara Técnica, tenho conversado muito com a equipe, para
359 que possamos tornar as reuniões mais de caráter deliberativo, tudo o que tem que ser
360 discutido, toda a parte técnica, teoricamente mais demoradas, que aprofundam os
361 assuntos, que tragam para a reunião, algo mais resumido, dessa forma a gente otimiza
362 mais o tempo, pois sabemos que todos aqui tem outras atribuições muito importantes
363 nas Instituições em que representam. O Presidente colocou em votação, perguntou
364 quantos aprovam o encaminhamento para o Parecer Jurídico e posteriormente o Parecer
365 da Procuradoria do Estado sob a legalidade de um estudo sobre a composição das
366 Instituições que compõem o COEMA, quem aprova permaneça como estão, alguma
367 abstenção, algum voto contrário, uma abstenção, um voto contrário, aprovado, próximo
368 item **VI. f) Jamila** (SEMARH) nós estamos renovando o Fórum Estadual de Mudanças
369 Climáticas – FEMC e o Conselho Estadual de Meio Ambiente tem uma vaga no FEMC,
370 precisamos indicar um Titular e um Suplente e gostaríamos de saber quem se manifesta
371 em participar, muitos dos órgãos de vocês tem cadeira no Fórum, mas as vezes como
372 Conselheiro do COEMA você pode ser a escolha daqui. **Marli** (SEMARH) o FEMC foi
373 criado em 2011, se não me falha a memória, funcionou durante algum tempo e já tem
374 uns três anos que não se reúne, só que é exigência para que o Estado do Tocantins se
375 habilite para conseguir recursos de Redução das Emissões por Desmatamento e
376 Degradação, um dos requisitos, que o Fórum funcione já ativo e que tenha todos os seus
377 atos publicados de forma transparente nos devidos sites, então é o Fórum que tem uma
378 função muito importante, ele vai funcionar como uma mistura de Comitê Científico para
379 fazer avaliação das emissões do Estado, acompanhar a redução das emissões, sugerir
380 e debater a questão da repartição dos benefícios de REDD, acompanhar a discussão
381 nacional e internacional sobre REDD, acompanhar as questões de mudanças climáticas,
382 então é um Fórum que vai ter um papel muito importante daqui para a frente. **Srêwê**
383 (Comunidade Indígena) foi importante os esclarecimentos com relação a REDD, tem
384 REDD indígena e a gente sabe que novos Estados da Amazônia tem essa exigência e
385 é muito importante a participação dos indígenas nessa discussão onde tem territórios e
386 compreendendo a importância desse tema, queremos colocar a nossa participação como
387 candidato. **Murilo** (SES) nós temos dentro da nossa área técnica, um Comitê que discute
388 a questão dos desastres ambientais e vejo com grande relevância a nossa participação,
389 então nos candidatamos para assumir uma das cadeiras de Suplência ou Titular dessa
390 discussão. **Renato** (SEMARH) vamos colocar em votação os dois nomes, os que
391 aprovam permaneçam como estão, algum voto contrário, aprovado, próximo item **VI. b)**,
392 Resolução nº 40/2013, **Marli** (SEMARH) faz um resumo dos trabalhos de Revisão da
393 Resolução que iniciou 27/09/2017 e finalizou em 16/10/2019 a Aline vai fazer a
394 apresentação, **Aline** (NATURATINS) fez a apresentação das principais alterações da
395 Revisão da Resolução nº 40/2013. O Conselheiro **Sandoval** (IBAMA) faz uma
396 intervenção durante a reunião questionando o uso dos dados do SIGCAR no cálculo da
397 fórmula do critério Manutenção dos Solos e Cobertura Vegetal. **Jamila** (SEMARH), só
398 a título de esclarecimento, ela só está apresentando, vai ser detalhado todos os itens
399 com vocês. **Brandes** (MPE) essa questão do ICMS levando a questão da conservação
400 e manejo, é muito complexo, porque não são os municípios que interferem indiretamente

401 nessa política, mas sim o Estado, praticamente o município fica sem poder ser premiado
402 e sem ação nenhuma que possa reverter em benefício dele. **Aline** (NATURATINS) falou
403 que estava apresentando e não tinha tanta propriedade para explicar logo em seguida,
404 deu sequência na apresentação. **Marli** (SEMARH) nós temos agora a apresentação dos
405 produtos dos trabalhos, são eles, a Minuta da Legislação e o porquê que se precisa fazer
406 determinadas modificações na Legislação, claro que é uma Minuta de uma Lei que deve
407 ser encaminhada a Casa Civil, que posteriormente à Assembleia Legislativa e a
408 Assembleia poderia entender que não acataria essa proposição, essa alteração na
409 Legislação, foi trabalho dessas condições, outra Minuta e proposição de um Decreto
410 regulamentador mais detalhado e por fim, a própria alteração da resolução, nós temos
411 mais ou menos aí umas duzentas folhas para serem analisadas, então eu faço a seguinte
412 pergunta, tem algum Conselheiro que sente que consegue fazer suas ponderações
413 fazendo por destaque ou vocês preferem a leitura item por item. **Eduardo** (ATM) a título
414 de sugestão, para ser mais pragmático, o amigo falou sobre o SIGCAR, sendo que foi a
415 primeira coisa que coloquei, quem me respondeu para tal, foi o professor Giongo maior
416 especialista na área, era uma proposta que não estava como melhor proposta de hoje
417 para o Tocantins, a gente mudou a proposta, número de foco de calor para área
418 queimada, isso é muito mais interessante, não chegamos ainda naquilo que a gente quer
419 chegar no mundo ideal, mas acredito que a proposta está anos luz daquela cartilha que
420 muitos municípios utilizam, também como forma de esclarecimento, eu não sei se alguns
421 Conselheiros participaram da capacitação do TCE, há três semanas atrás, eles tinham
422 um produto de sugestões em cima da cartilha anterior, enfim, ele deixou em descrédito
423 o Conselho Estadual de Meio Ambiente, a gente não teve nem oportunidade de defesa
424 naquele momento, a maioria das sugestões que o TCE passou para o Conselho Estadual
425 de Meio Ambiente, quando chegou ao nosso conhecimento, já estava modificado, a
426 própria Câmara Técnica tinha percebido e a gente aperfeiçoou, algumas considerações
427 que a gente não tinha se atentado, a gente ponderou na nova proposta, mas para a
428 gente ser um pouco mais pragmático, não falar o que está ruim, mas sim colocar
429 proposta de melhoria, porque todo item de ato comprobativo do que é necessário, as
430 ações no sentido de prevenção e preservação do meio ambiente foram levadas em
431 conta, isso foi debatido em mais de 70 reuniões, então essa é minha sugestão, de não
432 apontar o que está ruim e sim apontar uma proposta para melhorar, porque talvez,
433 éramos sete e talvez deixamos passar algum ponto de melhoria. **Renato** (SEMARH)
434 acho que é uma grande responsabilidade nossa, porque pode haver municípios que
435 podem ser mais beneficiados e outros podem perder recursos, então a gente tem que
436 ter, além de todo um cuidado, todo o critério técnico que foi discutido para avaliar todo o
437 impacto e consequência disso, precisamos evoluir mesmo, principalmente na forma de
438 verificar se aquilo que estava previsto, os critérios mais objetivos, nós discutimos isso
439 com o TCE que cobra muito da gente isso, acredito que de item em item a gente vai
440 discutindo. **Sandoval** (IBAMA) eu só pontuei aqui a situação que naquela parte lá atrela
441 a questão do manejo do solo ao SIGCAR, então é preocupante, eu por exemplo, não me
442 sinto a vontade para aprovar uma Lei em que vai recurso para o município cuja as
443 informações são falsas e inverídicas, porque o que acontece, se o órgão ambiental ainda
444 não tem a validação do módulo do CAR, a gente pega situações em que ele é
445 declaratório e parte do que tá lá, se reporta a situações de 2008, nós estamos em 2020,
446 são 12 anos, então nesses 12 anos se por ventura o município for aprovado para que
447 esse município seja beneficiado e não tiver um módulo de análise do CAR, eu creio que
448 não deveria beneficiar todos, em relação a questão da parte de manejo e conservação
449 do solo. **Marli** (SEMARH) não é que as informações são inverídicas, elas não foram
450 validadas e o desafio de se validar essas informações é gigantesco, num estudo que foi

451 feito para a Amazônia Legal como um todo, feito pelo ICV, uma ONG do Mato Grosso, é
452 que para a análise do CAR, em todos os nove Estados da Amazônia Legal seria
453 necessário um investimento da ordem de 11 bilhões, os órgãos ambientais não tem esse
454 recurso suficiente para fazer isso, o módulo de análise do CAR está pronto, em fase de
455 teste, agora se o modulo de análise do CAR vai permitir uma agilidade no processo de
456 análise a gente só vai saber daqui uns dois, três meses, mas sem o módulo de análise
457 do CAR e sem o investimento em tecnologia de informação, sem investimentos em
458 computadores melhores, de duas telas, sem investimentos em técnicos em um primeiro
459 momento avaliou-se, que precisaríamos de 33 anos para analisar o Cadastro Ambiental
460 do estado do Tocantins como um todo, é um desafio gigantesco para um Estado que
461 tem dificuldades de recursos financeiros, que muitas vezes na tomada de decisão, as
462 vezes o gestor prefere investir e tem que investir, na saúde, do que comprar um
463 equipamento novo para o NATURATINS, ou de contratar um técnico, é uma situação
464 bastante complexa, então não podemos dizer que a informação que tem no SIGCAR não
465 é verídica, ela é uma informação não validada, é uma infomação declaratória e é melhor
466 uma declaratória do que nenhuma, dentre esses assuntos, outros a gente vai conseguir
467 entrar em detalhes, na medida que a gente fazendo a leitura de cada artigo e com o
468 andamento das questões, a não ser que vocês se sintam tão inseguros de ter que iniciar
469 essa leitura item a item e prefiram fazer uma análise mais aprofundada. **Maria Antônia**
470 (ADETUC) reconheço todo o trabalho que foi feito, que foi exaustivo, não deve ter sido
471 fácil, a equipe está de parabéns, porém, estamos em um momento muito crucial e
472 importante de aprovar uma Legislação, onde podemos cometer alguma injustiça, acho
473 que já esperamos três anos, podemos esperar mais um pouco, vou justificar meu pedido
474 de vistas, os dois temas que entraram, interferem diretamente na Agência de Turismo
475 do Estado, que é o turismo sustentável e os quilombolas, o critério que vale como
476 declaratório para a questão do CAR, poderia valer também para as comunidades
477 quilombolas, porque as comunidades são reconhecidas pela Fundação Palmares por
478 auto declaração, no entanto não ter o seu território físico demarcado pelo INCRA
479 prejudica e território não é terra, então se um município tem várias comunidades
480 reconhecidas por elas e pela Fundação Palmares, mas não tem ainda o seu território
481 físico, nós vamos ficar prejudicados, turismo sustentável também, nós estamos
482 discutindo a lei, existe o mapa do turismo do Estado, do Governo Federal que vem sendo
483 utilizado, então eu gostaria de pedir vistas em virtude de tudo isso. **Srêwe** (Comunidade
484 Indígena), como estamos aqui representando os povos indígenas, a nossa posição vai
485 de encontro a colega da ADETUC, a gente fica inseguro de dar prosseguimento nessa
486 proposta que está sendo apresentada agora. **Jamila** (SEMARH) leu o Artigo 10 do
487 Regimento Interno, **Conselheiro não se identificou** gostaria de pedir um
488 esclarecimento quanto a legislação, em relação a quem julga os critérios que são
489 apresentados pelos municípios, mesmo que esses critérios que estamos colocando
490 sejam bem objetivos, sempre vai haver uma divergência ou outra, então muitas vezes a
491 gente trabalha, eu queria só que fosse feito esse esclarecimento, pra gente verificar
492 quem é que julga. **Marli** (SEMARH) na proposição o NATURATINS julga a maior parte
493 deles, entre eles, unidade de conservação, terras indígenas e quilombolas, também julga
494 o saneamento básico, a própria política, controle e combate a queimadas, o
495 RURALTINS, o manejo do solo e a parte de sistematização de todos os dados analisados
496 pelo NATURATINS e RURALTINS, a SEMARH faz essa consolidação, essa
497 consolidação a partir desse ano, pretende-se fazer via sistema, onde os municípios vão
498 poder fazer o preenchimento de questionário online, sem a necessidade de trazer a
499 documentação e protocolar no NATURATINS e no RURANTINS, então ele vai protocolar
500 diretamente no sistema a partir deste ano, esse é o esclarecimento sobre quem analisa

501 e avalia. **Eduardo** (ATM) reitero que em todas as cartilhas, principalmente as que foram
502 incluídas agora, a gente chamou quem tem expertise no assunto, para consolidar a
503 cartilha de turismo sustentável, a gente chamou a Secretaria de Turismo e ela que nos
504 indicou como íamos fazer o quantitativo e o qualitativo dela, a gente meio que nesse
505 sentido, a gente apoiou o que a Secretaria de Turismo falou que é isso que a gente
506 precisa, o que eu não estou entendendo, não é a objeção a vista, que é um direito, sobre
507 a questão indígena, estava tanto a FUNAI quanto indígenas também, por isso eu reitero,
508 a gente precisa de proposta, onde precisamos melhorar, mas foi tudo debatido com
509 quem entende melhor do assunto, solicito que daqui trinta dias, esse Parecer venha com
510 propostas, entregue um produto pra gente. **Renato** (SEMARH) eu vejo isso aqui como
511 um momento de maturidade com relação ao tema, acho que se já estamos a mais de
512 três anos nessa pauta, acredito que é porque a gente tem uma segurança muito grande
513 naquilo que foi proposto e principalmente com os responsáveis das instituições, acho
514 que o período de trinta dias onde fala no Regimento, vai ter muito trabalho para fazer, os
515 questionamentos, acho até que como é uma pauta que envolve várias instituições, vários
516 fatores, que isso possa partir também para uma apresentação institucional, até para
517 validar isso, a gente sabe o impacto disso lá na frente, principalmente nos municípios,
518 acho que é o momento de adquirir essa maturidade. **Aline** (NATURATINS) nesse
519 pensamento, nesse trabalho de quase quatro anos já, nós temos uma coisa que nos
520 amarrou muito, que para pensar em cada critério, a gente tinha que pensar num
521 quantitativo, quando a gente tem a questão dos quilombolas ele está amarrado por
522 Legislação junto com as unidades de conservação em terras indígenas, então isso que
523 nos levou a amarrar a um quantitativo de área territorial, não foi pensando em território
524 de povos, então, pra quem for trabalhar nessa proposta, é preciso pensar muito bem
525 nessa amarração que a Legislação nos traz. **Rodrigo** (CREA) do tempo que a gente está
526 no COEMA, nunca tínhamos presenciado um pedido de vistas, lendo aqui novamente o
527 Artigo 10, ele fala que esse pedido de vistas deve ser devidamente justificado, podemos
528 entender que o pedido foi devidamente justificado, então se já houve um discussão a
529 nível de Câmara Técnica, talvez essa justificativa não seja devidamente justificada.
530 **Renato** (SEMARH) a preocupação maior é com relação a relevância do tema, entre as
531 nossas instituições que é uma coisa mais simples, é mais fácil de se resolver, mas nesse
532 caso vai ter um impacto social, político e econômico muito grande, então eu acho que
533 quanto mais segurança nós tivermos, melhor. **Marli** (SEMARH) deixa eu ver se entendi
534 o principal questionamento, existe uma amarração que para pontuação no critério de
535 turismo sustentável esteja ligado ao mapa de turismo nacional e o Estado está criando
536 ou já criou, e aí saber como fazer o casamento dessas duas coisas, o outro
537 questionamento é de que no critério de quilombola, na parte territorial está o número de
538 hectares que é pra amarrar como a Aline está dizendo, já que ele está no mesmo item
539 de terra indígena e unidade de conservação e a fórmula é em hectare devidamente
540 homologada, não daria para entrar quilombola no meio, enfim, essa é a principal
541 justificativa, se vocês entendem que isso é uma justificativa plausível, a gente passa
542 então o período de trinta dias para que a ADETUC analise todo o trabalho e veja o que
543 vai mudar com a criação do Mapa do Turismo Estadual e se com a criação do Mapa, não
544 seria o caso de legislação aqui. **Mayko** (SEFAZ) mas aí teria que alterar a Lei. **Marli**
545 (SEMARH) mas não estamos propondo aqui uma proposta de alteração da Legislação,
546 aqui não saiu como produto, uma proposta de mudança da Lei e uma proposta de
547 mudança do Decreto e a proposta de mudança da Resolução, será se não podemos
548 aguardar trinta dias para ver se isso vai impactar ou não. **Renato** (SEMARH) podemos
549 convocar uma extraordinária, a próxima é em junho. **Jamila** (SEMARH) o Regimento é
550 claro, que é na próxima ordinária. **Mayko** (SEFAZ) ai vamos entrar na questão dos

551 prazos, porque tem documentação que vence agora dia 15 de março, **Marli** (SEMARH)
552 uma questão de esclarecimento a Legislação nova do ICMS Ecológico que instituiu a
553 área turística e a área quilombola, como critérios de pontuação, ela começou a valer em
554 01/01/2019, não tem como mudar a vigência disso porque já criou direito, já criou
555 obrigações, enfim, não tem como, só que, para avaliar esses critérios, eles não são auto
556 regulamentáveis, a gente não consegue colocar em análise, sem ter um Decreto
557 regulamentador e sem ter, uma Resolução que preveja isso, então pra este ano a gente
558 já vai fazer esta avaliação, tanto NATURATINS, quanto, RURALTINS e SEMARH, vão
559 fazer a avaliação em cima da Lei nova, só que no critério especialmente quilombola até
560 que no critério do Mapa do Turismo a gente até que consegue, é só olhar no site qual
561 município que está no site do Turismo, no critério quilombola a gente não tem como
562 avaliar porque ela não diz como se avalia, então não é auto regulamentado, assim foi o
563 entendimento jurídico tanto da PGE quanto da Assessoria Jurídica dos órgãos, foi no
564 sentido de que a Lei vai ser aplicada, só que o critério quilombola não é auto
565 regulamentado, então não dá pra ser avaliado neste ano de 2020, para o ano de 2021,
566 talvez seja possível em função de que nós teremos a avaliação deste trabalho todo, das
567 Câmaras Técnicas, na próxima reunião que é 04 de junho, então nessa data, nós
568 teríamos condição de fazer essa avaliação. **Brandes** (MPE) todo processo legislativo
569 vem da Lei, a Lei, desce um Decreto e os órgãos, os gestores, os administradores, vão
570 aplicar essa Legislação, então a gente tem que ficar bem atentos para não amarrar de
571 vez qualquer Decreto, que a gente acabe extirpando o poder decisório, ou a decisão do
572 gestor ou da Comissão e decidir por um único produto critério, todo processo legislativo,
573 processo de construção de pensamento dessa forma, ele tem que estar bem preocupado
574 com isso, porque as vezes a gente fecha de uma forma tão grande, ou faz um estudo
575 tão complexo, que amanhã ou depois que a gente precise fazer um julgamento de mérito
576 ou decisão, que esteja modificada, até em razão dos novos fatos, a gente não consiga
577 fazer, as vezes a gente ficar decidindo e rememorando questões tão pontuais, a gente
578 acaba transformando um projeto em algo que não será exequível, então tem que tomar
579 bastante cuidado nesse sentido. **Eduardo** (ATM), acredito que vocês não entendam um
580 pouquinho sobre prazos para se realizar ações da cartilha do ICMS Ecológico, dia 22 de
581 março agora, Dia Mundial da Água, a gente vai estar fazendo e coletando tudo aquilo
582 que a cartilha do ICMS Ecológico exige, imagina uma aprovação para o meio do ano e
583 os municípios se readequem, naquilo que já estão há vários anos fazendo, então vai
584 ser uma problemática muito grande, nos municípios que a questão do prazo vai ser o
585 problema real, a gente vai se readequar a uma resolução do COEMA, no qual, a gente
586 já está na metade do ano, realizando, pensando que já está na outra resolução e se a
587 gente perder a oportunidade de pontuar por uma questão, porque já passou essa
588 oportunidade, então a gente tem que ver tudo isso, o turismo sustentável em suma, tem
589 o Jalapão, tem as Serras Gerais, mas as praias são nesse período, a gente poderia
590 incentivar é o pagamento por serviço ambiental, que é o que o Estado faz com todos os
591 municípios, a gente não vai permitir que nesse ano, oportunize o recurso financeiro
592 através da nova cartilha, porque ele perdeu a oportunidade, a maioria dos municípios
593 não está ciente que nós estamos aqui agora, então a gente precisa se preocupar quanto
594 a isso, a segunda questão é um pouco mais polêmica, acredito que a Aline não quis
595 trazer a tona, a gente como instituição, como Conselho Estadual de Meio Ambiente,
596 temos que levantar a bandeira tecnicamente e politicamente para rever os pesos da Lei,
597 eu digo isso porque o Estado, os 25% que ele tem que repassar, ele criou o ICMS
598 Ecológico, 13% é dividido entre 139 municípios, 1/3, dos 13% é um único índice, desse
599 índice, tem 13 municípios, então estamos deixando 1/4 de milhões e milhões de reais
600 para 13 municípios tocantinosenses, eu estou falando de um caso só, a gente tem debatido

601 na Câmara Técnica, todas as cartilhas, todos os pesos e a importância da preservação
602 do meio ambiente em si, se a gente está pensando em treze municípios em conservar o
603 meio ambiente, acredito que a gente está pensando errado, até adentrando um pouco
604 mais, em relação a responsabilidade e é um pagamento de serviço ambiental, o Brandes
605 falou que é do Estado, mas o município está ganhando pra fazer a mais, então se ele
606 fizer, o ICMS Ecológico permite e oportuniza ele, a mesma coisa com relação a terra
607 indígena, mas com responsabilidade estritamente da união de estar passando isso aos
608 municípios, a gente pode fazer, mas é só pra se rever a pontuação e o peso de cada
609 cartilha, a gente tem que sair daqui do COEMA para gente ir na Comissão Especial, na
610 Assembleia Legislativa para gente tentar convencer, porque o que está acontecendo, a
611 gente brincou com gráficos, verificamos que não adianta município x fazer, ele nunca vai
612 chegar na pontuação dos treze municípios, porque a pontuação não permite,
613 independentemente da força de vontade do Secretário de Meio Ambiente e de todo mundo
614 que está ali dentro, então eu acho que isso é muito importante pra gente propor uma
615 melhor revisão técnica e agir politicamente lá dentro. **Marli** (SEMARH) será que não é
616 esse o momento oportuno de nesses trinta dias de pedido de vistas, a gente procurar
617 aproximar o parlamento e procurar aproximar dos Deputados como um todo, para
618 mostrar todos esses gráficos, porque se a gente entra na aprovação desta Minuta de
619 Legislação, que na sua essência não mudou os percentuais que os Deputados definiram,
620 esta é uma pergunta que eu faço. **Renato** (SEMARH) eu acho que toda regra tem que
621 combinar antes, conversar antes e que todo mundo entenda isso, acho que esse é o
622 ponto para esses trinta dias aí, acho que a missão árdua nossa também é de socializar
623 isso principalmente quem vai ser impactado, acho que poderíamos fazer uma agenda
624 Legislativa, a própria ATM poderia auxiliar junto aos municípios, não sei como está a
625 questão dos Consórcios, porque tem toda uma Legislação específica para isso também,
626 tem municípios que realmente não tem condições de cumprir aquilo que está lá dentro,
627 os municípios tentam de uma certa forma se ajudar em blocos, acho que o nosso papel,
628 a nossa responsabilidade é ter uma coisa que seja exequível, nosso foco agora em termo
629 de informações, de modelo, a gente já tem, já temos a proposta, agora precisamos fazer
630 essa lapidação final, de como isso vai ser exequível na ponta, porque muitas vezes
631 somos instituições técnicas e quem vai aplicar, executar está na ponta, tem que ter uma
632 corresponsabilidade da SEMARH que tem esse papel institucional, de dar esse apoio
633 para a implementação, se não vai ficar mais uma Lei, uma regra que existe que muita
634 gente não vai entender e nem saber como utilizar, temos praticamente quatro semanas
635 para fazer uma comunicação bem efetiva para que as pessoas entendam, porque se não
636 tem esse entendimento antes, quando chega no Executivo, no Legislativo, começa um
637 monte de questões que não foram entendidas, considerando aí nossa característica do
638 Estado do Tocantins, tudo aquilo que temos de recursos naturais e instituições que
639 precisa estar bem combinada a coisa. **Marli** (SEMARH) precisamos agradecer e
640 parabenizar a equipe tanto da Câmara Técnica Permanente de ICMS Ecológico, como a
641 Comissão Especial, quanto a Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos, porque se
642 debruçaram nisso, fizeram contas, é um trabalho árduo, precisamos respeitar, porque
643 foram anos de dedicação em cima desses cálculos, mas a gente entender que gerando
644 dúvidas é melhor a gente dar um tempo. **Srêwê** (Comunidade Indígena) reconhecemos
645 o trabalho, mas precisamos de um tempo para socializarmos e até mesmo uma
646 oportunidade de nos aproximarmos da ATM e dos gestores municipais, nosso objetivo é
647 construir junto com a FUNAI, os povos e rapidamente a gente ter um encaminhamento,
648 aprovar sem dúvidas, estamos à disposição de ir no Legislativo se for o caso. **Jamila**
649 (SEMARH) só deixar registrado que trinta dias vai dar dia 06 de abril de 2020, tem que
650 chegar pra mim na Secretaria Executiva. **Renato** (SEMARH) fechou a pauta, agradeceu

651 a presença de todos que participaram. Encerramos a presente. **PENDÊNCIAS DA**
 652 **REUNIÃO:** NATURATINS trazer todas as informações questionadas na próxima
 653 Reunião Ordinária que são: preparar indicador de eficiência anual do FUEMA, informar-
 654 se com SEFAZ se o FUEMA possui conta própria para recebimento dos recursos e sobre
 655 o que é feito do saldo do FUEMA remanescente dos anos anteriores, apresentar a
 656 metodologia usada na previsão da receita; Solicitar à CTPAJ a estudos sobre alteração
 657 da composição dos órgãos partícipes do COEMA, solicitação de pedido de vistas da
 658 ADETUC, para ser entregue também nos próximos trinta dias e avaliação dos critérios
 659 do pontuação com base na nova lei sobre o ICMS Ecológico, a ser realizada pela
 660 SEMARH, NATURATINS e RURALTINS também na 59ª Reunião Ordinária. Assinam a
 661 Ata os presentes na sua aprovação realizada na 59ª RO do COEMA, realizada em
 662 plataforma virtual no dia 04 de junho de 2020, conforme lista de votação do CHAT
 663 registrada nas páginas de 01 a 02, anexadas a esta.

Renato Jayme da Silva
Presidente

Marli Teresinha da Silva
Secretário Executivo

Instituição	Nome	Assinatura
Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMARH	Renato Jayme da Silva	
	Marli Teresinha da Silva	
Instituto Natureza do Tocantins - NATURATINS	Sebastião Albuquerque Cordeiro	
	Manoel Ribeiro de Souza Júnior	
Associação Tocantinense de Municípios - ATM	Eduardo Benvindo da Cunha	
	Jairo Soares Mariano	
Secretaria do Estado da Agricultura, Pecuária e Aquicultura - SEAGRO	César Hanna Halum	
	Thiago Fontolan Tardivo	
Secretaria de Educação, Juventude e Esportes - SEDUC	Fabírcia Neli Johann Martins	
	Emerson Azevedo Soares	
Agência do Desenvolvimento do Turismo, Cultura e Economia Criativa - ADETUC	Maria Antônia Valadares de Souza	
	Graziela Macedo Cortez	
Secretaria da Infraestrutura, Cidades e Habitação - SEINF	Antônio Cleyton Cavalcante Almeida	
	Ademir Júnior Filho	

Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Serviços - SICS	Geanny Carlos de Almeida Pinheiro	
	Marcondes Martins de Oliveira	
Secretaria de Estado da Saúde - SES	Murilo Ribeiro Brito	
	Leonardo Alves Dinis Gomes	
Procuradoria Geral do Estado do Tocantins - PGE	Ana Flávia Ferreira Cavalcante	
	Fernanda Raquel Freitas de Sousa Rolim	
Polícia Militar do Estado do Tocantins - PM/TO	Cap. Cleuter Sillas Pereira Gomes	
	Cap. Marcus Vinicius Coelho Carmo	
Secretaria do Estado da Fazenda e Planejamento - SEFAZ	Mayko Antônio Tenório César	
	Rodrigo Sabino Teixeira Borges	
Ministério Público do Estadual - MPE	Francisco José Pinheiro Brandes Júnior	
	Vilmar Ferreira de Oliveira	
Comissão de Minas, Energia, Meio Ambiente e Turismo da AL/TO	Dep. Zé Roberto	
	Dep. Elenil da Penha	
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA	Flávio Luiz de Souza Silveira	
	Rafael de Araújo Pons	
Comunidade Científica - IFTO	Dener Alves de Souza	
EMBRAPA	Giovanni Viti Moro	
Comunidade Indígena	Srêwê da Mata de Brito	
	Clebenilson Pereira Salgado	
Concessionária de Serviço Público de Abastecimento de Água - BRK Ambiental	Antônio Rodrigues da Silva Neto	
	Jéssica Lopes Cuevas	
Federação da Agricultura do Estado do Tocantins - FAET	José Carlos Senhorini	
	Carlos Ribeiro Soares	

Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Tocantins - FETAET	Maria Guanamar Soares de Sousa	
	Mariane Xavier dos Santos	
Federação das Indústrias do Estado do Tocantins - FIETO	Carlos Wagno Maciel Milhomem	
	José Roberto Fernandes	
Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado do Tocantins - FACIET	Fabiano Roberto Matos do Vale Filho	
	Marcella Gonçalves do Vale	
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Tocantins - CREA-TO	Rodrigo Martins Ribeiro	
	Geraldo Moura de Oliveira Júnior	
Organização Não Governamental -	Hélber Franco de Oliveira	
	Divaldo José da Costa Resende	

Instituições Ausentes
Comissão de Minas, Energia, Meio Ambiente e Turismo da Assembleia Legislativa do Tocantins
Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Tocantins - FETAET
Procuradoria Geral do Estado do Tocantins - PGE
Secretaria do Estado da Agricultura, Pecuária e Aquicultura - SEAGRO

SGD: 2020/39009/002467

07:49:18 From Emerson Soares : Bom dia - Emerson Soares - SEDUC
07:49:27 From Reuniões : Emerson, está ouvindo? Não aparece áudio p vc.
07:51:22 From Emerson Soares : Estou te ouvindo
07:51:37 From Emerson Soares : Você está me ouvindo?
07:55:56 From Janaina Lugato : Senhores Conselheiros e Convidados, você está participando da 59ª RO do COEMA.
Bem vindos à primeira reunião ordinária virtual do COEMA. Gentileza informar seu nome completo, o órgão que representa e sendo conselheiro se é titular ou suplente ou se é convidado, pois esse documento será considerado a lista de presença desta reunião.
07:58:00 From Reuniões : Os dois últimos a entrar não aparece microfone, favor verificar no canto esquerdo da tela p liberar
08:03:49 From Reuniões : Antônio Cleyton está me ouvindo
08:04:05 From Antonio Cleyton : Não
08:04:13 From Reuniões : Pref. Jairo está me ouvindo
08:04:21 From Jairo Mariano : Ainda nao
08:04:25 From Jairo Mariano : so um minuto
08:04:51 From Reuniões : do lado esquerdo da tela em baixo você libera
08:05:33 From Antonio Cleyton : sim
08:09:52 From Reuniões : Mayko está sem som?
08:11:23 From Mayko Tenório : hummm
08:14:57 From Edilma : Edilma Maria Cavalcante Rodrigues - Convidado - Semarh
08:15:42 From Reuniões : Sérgio, bom dia, vc está me ouvindo
08:17:27 From Thiago Tardivo : Bom dia a todos e a todas.
08:17:49 From Thiago Tardivo : Muito bom retornar ao COEMA, mesma que em formato virtual
08:17:55 From Antonio Rodrigues : Antonio Rodrigues da Silva Neto - BRK Ambiental | Saneatins - Titular
08:18:46 From Thiago Tardivo : Thiago Fontolan Tardivo - Secretaria de Agricultura, Pecuária e Aquicultura do Tocantins - Suplente
08:18:57 From CARLOS RIBEIRO SOARE : Carlos Ribeiro - FAET
08:25:00 From Sandra Sonoda : Sandra Regina Sonoda Nunes - Convidada
08:25:01 From Thiago Tardivo : Será gravada a reunião Jamilla?
08:25:08 From Mayko Tenório : Mayko Tenório - SEFAZ-TO - Conselheiro
08:25:09 From Reuniões : sim Thiago
08:25:12 From Thuanny Vieira : Thuanny Vieira - Assessoria de Comunicação - Semarh
08:25:17 From Thiago Tardivo : Grato Jamilla
08:25:18 From Antonio Cleyton : Antonio Cleyton Cavalcante Almeida - SEINF/AGETO - Conselheiro
08:25:26 From Dener Alves de Souza : Dener Alves de Souza - IFTO/Comunidade Científica - Titular
08:25:53 From Geanny : Geanny Carlos de Almeida Pinheiro - Titular
08:26:27 From Geanny : Marcondendes Martins - Suplente Secretaria da Indústria, Comércio e Serviços
08:26:28 From Sérgio Luís Silva : Bom dia. Sou o Sérgio Luís de Oliveira Silva- representante da Secretaria da Saúde.
08:26:32 From Jairo Mariano : Jairo Soares Mariano - Titular
08:26:41 From Jairo Mariano : ATM
08:26:45 From Sérgio Luís Silva : Membro titular
08:28:10 From Emerson Soares : EMERSON AZEVEDO SOARES - Secretaria da Educação, Juventude e Esporte - SEDUC
08:29:19 From Janaina Lugato : Seu voto na aprovação do ponto de pauta da 59ª RO do COEMA, inciso III- Ata da 58ª RO do COEMA realizada em 05/03/2020 também será considerado sua assinatura do documento:

Proposta 1 - Favorável

Proposta 2 - Contrário

Proposta 3 - Abstém

08:29:59 From Dener Alves de Souza : 1

08:30:04 From Antonio Cleyton : 1

08:30:05 From Antonio Rodrigues : Proposta 1

08:30:09 From Mayko Tenório : Mayko Tenório - SEFAZ-TO: 1 - Favorável

08:30:16 From CARLOS RIBEIRO SOARE : proposta 1

08:30:17 From Guanamar Soares : 1

08:30:17 From Emerson Soares : Proposta 1

08:30:28 From Geanny : 1

08:30:29 From Thiago Tardivo : Proposta 1

08:30:32 From Marli Santos : Marli Teresinha dos Santos - secretária executiva do Coema

08:30:36 From Marli Santos : 1

08:31:04 From Wagno Milhomem : proposta 1

08:31:26 From Jairo Mariano : 1

08:31:36 From Guanamar Soares : 1

08:31:48 From Janaina Lugato : Proposta 1 - Votos 13

Proposta 2 - Votos

Proposta 3 - Votos

08:31:51 From Guanamar Soares : 1

08:33:22 From Janaina Lugato : Seu voto na aprovação do ponto de pauta da 59ª RO do COEMA, inciso VI, alínea a) - Cadastramento no CEATO da CEDECA:

Proposta 1 - Favorável

Proposta 2 - Contrário

Proposta 3 - Abstém

08:34:12 From Marli Santos : 1

08:34:13 From Dener Alves de Souza : 1

08:34:21 From Antonio Cleyton : 1

08:34:21 From Antonio Rodrigues : 1

08:34:24 From Jairo Mariano : 1

08:34:25 From renatojaymesilva : 1

08:34:27 From MPE-TO : 2

08:34:28 From Geanny : 1

08:34:33 From Wagno Milhomem : 1

08:34:36 From Thiago Tardivo : 1

08:34:39 From CARLOS RIBEIRO SOARE : proposta 1

08:34:39 From Sérgio Luís Silva : 1

08:35:03 From Emerson Soares : 1

08:35:12 From Janaina Lugato : Proposta 1 - Votos 12

Proposta 2 - Votos 1

Proposta 3 - Votos

08:35:41 From MPE-TO : Brandes

08:36:32 From Guanamar Soares : Bom Dia a tod@s!

08:38:33 From Thiago Tardivo : Sim

08:43:14 From Srewe Xerente : Srewe

08:43:22 From Srewe Xerente : Bom dia a todos (as)

08:46:42 From Mayko Tenório - SEFAZ : bom dia

08:47:10 From eduardo benvindo : Para registro - Eduardo Benvindo - ATM presente

08:51:47 From Edilma : Edilma

08:53:32 From Cristiane Peres : Inscrição Cristiane

08:53:48 From Geanny : queremos nos manifestar com relação ao item anterior - Marcondes

08:54:00 From eduardo benvindo : Eduardo Benvindo - ATM pede a palavra

08:55:07 From Edilma : Edilma sobre CeMAF
08:55:23 From Srewe Xerente : srewe
08:57:41 From Geanny : incluir a expressão "inversamente proporcional à área queimada"
08:58:42 From eduardo benvindo : já está incluso os manejos autorizados
09:00:00 From 7pALNr : Aline-convidada
09:00:24 From 7pALNr : |Tem como colocar a formula para ver se a alteração proposta é valida?
09:02:49 From 7pALNr : Concordo com o Maycon, não preciso mais falar.
09:04:42 From Geanny : a explicação referente a fórmula sanou a dúvida.
09:05:08 From eduardo benvindo : Eduardo inscrito
09:09:54 From Mayko Tenório : Resultados da pesquisa Resultados da WebManual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP)
09:10:42 From Mayko Tenório : Mayko pede a palavra
09:14:32 From 7pALNr : Aline convidada inscrita
09:15:04 From Edilma : edilma
09:17:17 From Marli Santos : marli
09:18:33 From Priscila Seckler : Priscila Seckler. Secretaria de Meio Ambiente de Porto Nacional. Convidada.
09:25:08 From Edilma : EDilma
09:25:42 From Antonio Cleyton : Antonio Cleyton pede a palavra
09:31:44 From Edilma : edilma
09:37:03 From Mayko Tenório : Mayko
09:39:22 From Edilma : Edilma
09:40:00 From Mayko Tenório : Mayko
09:43:15 From Antonio Cleyton : Antonio cleyton
09:45:20 From Edilma : edilma
09:47:52 From Mayko Tenório : Mayko
09:48:06 From Edilma : edima
09:48:36 From Grazi : ADETUC presente
09:51:17 From Jairo Mariano : Pergunta tambem
09:55:18 From eduardo benvindo : pra mim está perfeito
09:55:29 From Grazi : som ok
09:55:36 From 7pALNr : Aline inscrita
09:57:01 From Edilma : edilma
09:57:58 From Marli Santos : Marli
09:59:31 From divaldorezende : Poderia se inserir Recurso/relatório gerado
10:18:01 From Cap Marcus : poderia ficar assim: cabe impugnação nos seguintes casos:....
10:20:51 From Reuniões : Parágrafo 3º Artigo 6º
10:20:58 From Mayko Tenório : 1
10:21:00 From Reuniões : Proposta 1 - mantém
10:21:06 From Janaina Lugato : Seu voto na aprovação do ponto de pauta da 59ª RO do COEMA, inciso VI, alínea b) item II- Análise da minuta de Decreto:
10:21:11 From Reuniões : Proposta 2 - altera
10:21:46 From Cap Marcus : são termos técnicos... tem que verificar a admissibilidadesdas impugnações
10:22:08 From Mayko Tenório : Mayko - Proposta 1 - mantém
10:23:56 From Jairo Mariano : 2
10:24:07 From Janaina Lugato : sim
10:24:09 From Marli Santos : 2
10:24:11 From Dener Alves de Souza : Proposta 1
10:24:24 From Antonio Rodrigues : 1

10:24:26 From divaldorezende : Proposta 2
10:24:27 From Emerson Soares : Proposta 1
10:24:37 From CARLOS RIBEIRO SOARE : proposta 1
10:24:59 From fernandes : Proposta 2
10:25:26 From Grazi : porposta 2
10:25:35 From Grazi : proposta 2
10:25:35 From Thiago Tardivo : Proposta 2
10:25:40 From Sérgio Luís : 2
10:25:48 From Sérgio Luís : Proposta 2
10:26:19 From Antonio Cleyton : 2
10:26:24 From Grazi : Graziela ADETUC 2
10:26:50 From Cap Marcus : 2
10:27:09 From Geanny : 2
10:27:33 From Janaina Lugato : Proposta 2 - 11
10:27:40 From Janaina Lugato : proposta 1 - 5
10:27:54 From Janaina Lugato : proposta 2 vencedora
10:28:18 From Grazi : ok
10:28:20 From Cap Marcus : ok
10:28:23 From CARLOS RIBEIRO SOARE : ok
10:28:24 From Thiago Tardivo : Perfeito Marly
10:28:24 From Antonio Cleyton : ok
10:28:32 From Geanny : ok
10:28:45 From Emerson Soares : ok
10:29:02 From DEFESA CIVIL ESTADUAL : Defesa Civil está como convidado!!
10:40:15 From Guanamar Soares : estou com problema de internet
10:40:52 From Reuniões : Guanamar OK
10:43:40 From Reuniões : Senhores Conselheiro, gentileza se identificar novamente para verificar quórum p prosseguimento.
10:44:15 From Geanny : Marcondes - SICS
10:44:34 From Cap Marcus : Cap Marcus PMTO
10:45:27 From Antonio Cleyton : Antonio Cleyton
10:45:30 From Grazi : Graziela ADETUC
10:45:33 From Thiago Tardivo : Thiago Fontolan Tardivo - SEAGRO - Suplente
10:45:49 From Grazi : Graziela ADETUC suplente
10:45:50 From Emerson Soares : EMERSON - SEDUC
10:45:56 From fernandes : Fernandes - FIETO
10:46:07 From Sandra Sonoda : Sandra (Convidada)
10:47:24 From Dener Alves de Souza : Dener Alves de Souza - IFTO - Titular
10:48:45 From CARLOS RIBEIRO SOARE : Carlos Ribeiro - FAET
10:49:36 From divaldorezende : divaldo
10:49:43 From Antonio Rodrigues : Antonio Rodrigues - Saneatins
10:49:57 From Sérgio Luís : Sérgio Luís. Titular da Sec. da Saúde.
10:50:32 From DEFESA CIVIL ESTADUAL - CONVIDADO : MAJOR MATOS Defesa Civil saindo, entrando o Coronel Alves
10:52:16 From Mayko Tenório : Mayko - SEFAZ-TO - Conselheiro
10:53:13 From Grazi : sim
10:53:42 From r : Hélia - convidada - SEMARH
10:55:33 From Sérgio Luís : Quero fazer uma observação quanto ao tratamento da água, no item 4.3.2.1
10:56:06 From Reuniões : Sérgio é na Resolução quando chegarmos nela você pode fazer
10:56:15 From Reuniões : fazer
10:56:52 From Sérgio Luís : Certo.
10:57:07 From Grazi : som ok pra mim
10:57:15 From Cap Marcus : ouvindo normal

10:57:26 From Thiago Tardivo : Ok Marly
11:01:14 From Grazi : ok
11:02:43 From Cap Marcus : sobre turismo, é irrestrito ou somente ecoturismo?
11:03:21 From Jairo Mariano : Recomendo exclusivamente ecoturismo
11:03:47 From Reuniões : Cap é Turismo Sustentável
11:04:13 From Cap Marcus : ok
11:04:23 From Cap Marcus : grato
11:04:31 From Reuniões : Na avaliação Qualitativa vai ser possível verificar melhor o que será considerado.
11:04:57 From Reuniões : mas tem no processo, veja na pauta a página do processo que trata da Resolução
11:05:22 From eduardo benvindo : Exato se não houver turismo sustentável o qualitativo irá ZERAR logo não terá repasse
11:06:26 From Cap Marcus : ok
11:06:30 From Geanny : SIM
11:06:37 From Geanny : ANTERIOR
11:09:05 From Thiago Tardivo : Thiago - SEAGRO
11:10:02 From Antonio Cleyton : A sigla do coeficiente da performance na fórmula está distinta da descrição também.
11:10:30 From Thiago Tardivo : ok
11:14:23 From eduardo benvindo : Eduardo - ATM
11:14:49 From Antonio Cleyton : Antonio cleyton
11:14:55 From Geanny : OBSERVAÇÃO INTEM ANTERIOR
11:20:06 From eduardo benvindo : Km²
11:21:48 From Sandra Sonoda : Estou com problema com som
11:22:02 From Reuniões : Sandra OK
11:22:08 From Reuniões : Pode responder aqui se soube
11:22:20 From Cap Marcus : ach oque tem que vir descrito a unidade de medida
11:22:24 From Sandra Sonoda : Isso mesmo
11:22:45 From Dener Alves de Souza : Dener - IFTO
11:24:35 From Cap Marcus : sugiro deixar hectare
11:24:38 From Sandra Sonoda : Concordo com Geanny
11:24:41 From eduardo benvindo : não há alteração do resultado!!
11:27:00 From eduardo benvindo : concordo
11:27:37 From eduardo benvindo : acima de 20000
11:27:40 From eduardo benvindo : isso
11:28:51 From Grazi : pedir ao Marcondes para desligar o microfone
11:29:24 From r : Esse coeficiente não é tão simples
11:29:27 From Reuniões : Grazi já desliguei
11:30:08 From r : Os municípios maiores vão sair em vantagem
11:30:23 From r : de qualquer forma
11:30:49 From eduardo benvindo : contrario os municípios maiores vao se prejudicar
11:32:20 From Grazi : não consigo liberar
11:32:21 From Sérgio Luís : O rex está querendo participar também.
11:33:14 From Dener Alves de Souza : aqui consta conectado a câmara
11:33:36 From Grazi : estou no computador e não tenho câmara
11:36:42 From Dener Alves de Souza : Concordo com a alteração, dessa forma reduz o impactos aos municípios.
11:36:50 From Dener Alves de Souza : impacto*
11:38:31 From Sandra Sonoda : Todo município tem o perímetro urbano definido em lei, que separa o urbana do rural.
11:40:11 From Sandra Sonoda : Veja a questão do perímetro urbano
11:40:37 From eduardo benvindo : Eduardo

11:43:03 From Sérgio Luís : Lembrando que as manchas urbanas vão além dos limites entre o urbano e o rural no mesmo município, e entre municípios diferentes.

11:45:36 From Sérgio Luís : Ou seja, de qualquer forma, deve ficar claro qual o município legal a qual território a mancha urbana pertence.

11:46:12 From Sandra Sonoda : Sandra

11:46:38 From eduardo benvindo : não existe lei do plano diretor

11:46:45 From eduardo benvindo : mas tem lei de perímetro urbano

11:47:10 From Edilma : edilma

11:49:40 From r : Hélia, concordo com Edilma

11:52:16 From r : Se tiver dados oficiais não vejo problemas

11:52:41 From Sandra Sonoda : Sandra

11:54:27 From r : Hélia

11:55:01 From Reuniões : Item IV -1.2 Proposta 1 - Manter; Proposta 2 - Perímetro Urbano, lei municipal, Proposta 3 - Mancha Urbana, IBGE

11:55:11 From eduardo benvindo : 3

11:55:11 From Dener Alves de Souza : 3

11:55:15 From Emerson Soares : 3

11:55:17 From Mayko Tenório : Mayko - SEFAZ - 3 - Mancha Urbana, IBGE

11:55:23 From MPE-TO : 3

11:55:23 From divaldorezende : Proposta 2

11:55:28 From Marli Santos : 2

11:55:28 From Guanamar Soares : 3

11:55:32 From Grazi : 3

11:55:33 From fernandes : 3

11:55:42 From Antonio Rodrigues : 2

11:55:48 From Cap Marcus : 3

11:55:54 From Murilo - SES/TO : 3

11:56:11 From CARLOS RIBEIRO SOARE : 3

11:56:14 From Thiago Tardivo : 3

11:56:49 From Janaina Lugato : Proposta 3 - 10

11:56:51 From Antonio Cleyton : 3

11:56:55 From Janaina Lugato : proposta 2 - 3

11:57:10 From Janaina Lugato : proposta 3 - 11

11:57:26 From Janaina Lugato : proposta 3 vencedora

11:57:32 From Geanny : 3

11:59:17 From Sérgio Luís : 3

12:00:13 From Grazi : ok

12:03:09 From Reuniões to Marli Santos(Privately) : O SisEco vai fornecer?

12:05:10 From Grazi : ok

12:05:10 From Sandra Sonoda : Ok

12:05:14 From Thiago Tardivo : Ok

12:05:15 From eduardo benvindo : ok

12:05:16 From Emerson Soares : ol

12:05:18 From divaldorezende : concordo

12:05:22 From Dener Alves de Souza : ok

12:05:24 From Emerson Soares : Ok

12:05:25 From Cap Marcus : ok

12:05:29 From r : Boa tarde

12:05:30 From Grazi : até amanhã

12:05:32 From Sandra Sonoda : Bom dia a todos

12:05:33 From Thiago Tardivo : Obrigado

12:05:38 From Emerson Soares : Obrigado!!!

12:05:46 From CARLOS RIBEIRO SOARE : obrigado

12:05:50 From Antonio Cleyton : Até amanhã.

12:06:18 From Guanamar Soares : obrigada